



ACERVO ARQUITETÔNICO MODERNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-PB. BLOCO CM.

Eixo Temático (2. Inventário e Documentação)

Alcília Afonso de Albuquerque Melo

Doutora em Projetos Arquitetônicos (ETSAB/ UPC) e professora adjunta ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG.
E-mail: kakiafonso@hotmail.com

Ivanilson Santos Pereira

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela UFCG.
E-mail: ivanilsonrocha1@hotmail.com

Resumo:

O objeto de estudo do presente artigo trata de analisar uma obra moderna projetada e construída no campus sede da Universidade Federal de Campina Grande – PB, durante os anos 70. Trata-se do edifício do bloco administrativo CM, que comporta atividades administrativas de graduação e pós-graduação, bem como, laboratórios e salas de estudos; integradas ao Centro de Ciências e Tecnologias – CCT, do campus. Projetado em 1977 pelo arquiteto recifense Tertuliano Dionísio da Silva (1931, 1983), que possuiu um importante papel na difusão da arquitetura moderna no Nordeste e na cidade de Campina Grande, a obra adota critérios projetuais da modernidade arquitetônica. Justifica-se trazer à tona nesse evento tal obra, pois se observou que a mesma vem passando por graves problemas de descaracterizações, perdendo elementos importantes de sua composição arquitetônica, uma vez que não é protegida por leis de preservação. Como metodologia de investigação, se baseia em uma linha de investigação proposta por Afonso (2019) que dialoga com autores clássicos na área da pesquisa arquitetônica, onde é proposto como procedimento de análise o trabalho considerando seis dimensões da arquitetura, procurando investigar sobre o objeto arquitetônico e sua relação com os distintos condicionantes que a originaram. O aporte teórico é fundamentado em autores como Bruand (2010) e Segawa (1997) que tratam sobre a produção moderna no cenário nacional e o aporte regional é respaldado nos trabalhos elaborados por Afonso (2006), Carvalho e Freire (2010), Queiroz e Rocha (2006) e demais pesquisadores locais que vem investigando sobre a importância da arquitetura moderna nordestina.

Palavras-chave: arquitetura moderna, patrimônio edificado, conservação.

Abstract:

The object of study of the present article is to analyze a modern work designed and built on campus of the Federal University of Campina Grande - PB, during the 1970s. It is the building of the administrative block CM, which includes undergraduate and postgraduate administrative activities, as well as laboratories and study rooms; integrated to the Center for Science and Technology - CCT, campus. Designed in 1977 by the Recife architect Tertuliano Dionísio da Silva (1931, 1983), who played an important role in the diffusion of modern architecture in the Northeast and in the city of Campina Grande, the work adopts design criteria of architectural modernity. It is justified to bring to the surface in this event such work, since it has been observed that it has undergone serious problems of de-characterization, losing important elements of its architectural composition, since it is not protected by preservation laws. As a research methodology, it is based on a line of research



proposed by Afonso (2019) that dialogues with classic authors in the area of architectural research, where it is proposed as a procedure of analysis the work considering six dimensions of architecture, seeking to investigate the architectural object and its relationship with the different conditions that originated it. The theoretical contribution is based on authors such as Bruand (2010) and Segawa (1997) who deal with modern production in the national scenario and the regional contribution is supported by the works elaborated by Afonso (2006), Carvalho and Freire (2010), Queiroz and Rocha (2006) and other local researchers who have been investigating the importance of modern Northeastern architecture.

Keywords: modern architecture, built heritage, conservation.



ACERVO ARQUITETÔNICO MODERNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE-PB. BLOCO CM.

Introdução

O objeto de estudo do presente artigo que se pretende apresentar neste evento trata da análise de uma obra moderna projetada e construída no campus sede da Universidade Federal de Campina Grande – PB, durante os anos 70. Durante esse período de modernização da cidade, entre os anos 50 a 80, Campina Grande apresentou um solo fértil para a implantação de residências, edifícios, instituições públicas, fábricas, que atualmente sofrem um acelerado processo de descaracterização pela ausência ou ineficiência dos mecanismos de proteções legais e devido à falta de conhecimento desse acervo pela comunidade leiga e científica.

O edifício analisado comporta atividades administrativas de graduação e pós-graduação, bem como, laboratórios e salas de estudos; integradas ao Centro de Ciências e Tecnologias do campus – CCT. Projetado em 1977 pelo arquiteto recifense Tertuliano Dionísio da Silva (1931, 1983), que possuiu um importante papel na difusão da arquitetura moderna no Nordeste e na cidade de Campina Grande – PB, a obra adota critérios projetuais da modernidade arquitetônica, tais como a racionalidade, o uso da modulação, a abstração formal, transparências espaciais, a atenção ao detalhe e à estrutura, e o uso de soluções climáticas. Importante frisar que sua produção na cidade se estende desde projetos de residências, a instituições públicas, e complexos esportivos e de lazer.

A partir disso, o objetivo deste artigo propõe a difusão da presença de Tertuliano Dionísio da Silva em Campina Grande, tomando como estudo de caso esta obra de um dos edifícios administrativos da UFCG (Bloco CM), observando os critérios da modernidade adotados pelo profissional e investigando a contribuição para a implantação de uma linguagem moderna, não apenas nos edifícios da Universidade Federal de Campina Grande, bem como na cidade, como forma de resgatar e salvaguardar o acervo de sua produção.

O fato é que muitas das obras produzidas no período da modernidade do século XX, já foram demolidas ou totalmente descaracterizadas, com isso, justifica-se trazer à tona nesse evento o estudo de caso dessa obra selecionada, pois se observou que a mesma vem passando por graves problemas de descaracterizações, perdendo elementos importantes de sua composição arquitetônica, uma vez que não é protegida por leis de preservação e que nem tampouco, os responsáveis pela conservação física da obra, possuem sensibilidade para constatar o valor arquitetônico da mesma, e assim, preservá-la, mantendo a integridade e a autenticidade de seus elementos compositivos.

Para tal, adota como metodologia a análise do objeto arquitetônico trabalhada pelo GRUPAL_ Grupo de Pesquisa Arquitetura e Lugar, vinculado ao curso de arquitetura e urbanismo da UFCG/ Universidade Federal de Campina Grande, e cadastrado no CNPq/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - que se baseia em uma linha de investigação proposta por Afonso (2019) que dialoga com autores clássicos na área da pesquisa arquitetônica, como Katinsky (2005), Serra (2006) Rovira e Gáston (2007), onde é proposto como procedimento de análise o trabalho considerando seis dimensões da arquitetura: a dimensão normativa, histórica, espacial, tectônica, funcional e formal,



procurando investigar sobre o objeto arquitetônico e sua relação com os distintos condicionantes que a originaram.

O processo metodológico trabalha com o resgate documental da obra, através de levantamento fotográfico da documentação de projeto, redesenho das plantas, cortes, fachadas e cobertura através do AutoCAD e reconstrução tridimensional através do SketchUP, com o objetivo de analisar todo o processo pelo qual o projeto foi concebido pelo arquiteto/autor da obra, procurando refletir também, sobre as modificações e o estado de conservação das obras em pauta.

Aporte teórico

As palavras-chaves deste artigo tratam sobre os temas de arquitetura moderna, patrimônio edificado, e conservação física da obra edificada.

Como referencial teórico para o desenvolvimento deste artigo, trabalhar-se-á com autores como Bruand (2010) e Segawa (1997) que tratam sobre a produção moderna no cenário nacional. O aporte regional é respaldado nos trabalhos elaborados por Afonso (2006), Carvalho e Freire (2010), Queiroz e Rocha (2006) e demais pesquisadores locais que vêm investigando sobre a importância da arquitetura moderna na região nordeste. Produções mais recentes, resultados de projetos de pesquisas acadêmicas, também servirão de subsídio para a compreensão da difusão da linguagem moderna em Campina Grande, pois são resultantes de investigações acadêmicas que vem procurando aprofundar sobre a implantação, consolidação e difusão da modernidade campinense.

Importante a compreensão dos conceitos que norteiam essa abordagem e ao mesmo tempo convergem para as palavras chaves deste artigo, iniciando-se aqui, com o que pode ser entendido como arquitetura moderna.

Os princípios norteadores da arquitetura moderna são os critérios que adotam como pontos básicos: a arquitetura como volume e jogo dinâmico de planos; a tendência à abstração, à simplificação; utilização de malhas geométricas estruturantes do projeto; busca de formas dinâmicas e espaços transparentes, com o predomínio da regularidade substituindo a simetria axial acadêmica e a ausência de decoração que surge de perfeição técnica. A abstração e o racionalismo aparecem como critérios desta arquitetura, partindo ambos dos mesmos métodos redutivos da ciência clássica, ou seja, a decomposição de um sistema em seus elementos básicos, a caracterização de unidades elementares simples e a construção da complexidade a partir do simples. (MONTANER, 2002, p. 82).

A modernidade arquitetônica vem sendo alvo de constantes discussões nacionais e internacionais, que visam o resgate desta produção e dos respectivos profissionais envolvidos, bem como, na requalificação arquitetônica das obras edificadas durante esse período. São casas, edifícios de uso misto, antigas repartições públicas, cinemas, terminais de passageiros e aeroportos, fábricas, que infelizmente não estão ainda totalmente inventariadas, protegidas legalmente e por isso, passam por um acelerado processo de descaracterização. Tais obras adentram em um processo de adequação e adaptação aos parâmetros de urbanização e desenvolvimento das cidades brasileiras, sendo recorrente a substituição do antigo pelo novo, da história pela contemporaneidade, do patrimônio pelo pastiche.



Com isso, compreender a origem pela qual a arquitetura moderna efervesceu em solo brasileiro, e os desafios que põem em risco a autenticidade e integridade dessa produção na contemporaneidade, passou a ser objeto de estudo de autores e pesquisadores, a exemplo de Yves Bruand (2010), que buscam alertar o olhar emergencial a esses exemplares, assim como, reafirmar as discussões sobre políticas conservacionistas no patrimônio edificado e imaterial.

Assim como evidentemente os estilos históricos não desapareceram de um momento para o outro, o movimento “moderno” não surgiu repentinamente. Por mais que assim possa parecer, ele é no entanto resultado da evolução do pensamento de alguns de alguns grupos de intelectuais brasileiros, especialmente paulistas, evolução essa que criou um mínimo de condições favoráveis, sem as quais as primeiras realizações do gênero não teriam frutificado. (BRUAND, 2010, p.61)

Conforme coloca o autor, a origem desse movimento tem a participação de grupos de intelectuais que buscaram desenvolver condições mínimas para a difusão do conhecimento técnico e científico em todo o território nacional, em especial nas pequenas e médias cidades do país que almejavam pelo desenvolvimento social e econômico nas primeiras décadas do século XX. Dessa forma, a arquitetura moderna encontra terreno fértil para sua emergência e difusão na cidade de Campina Grande, que a priori estava intimamente associada ao processo de urbanização e modernização da área central da cidade.

Nos anos 1930, se tem indícios de uma série de reforma nos tecidos urbanos centrais, ordenadas pelo poder público, com o apoio da grande parte da elite local, utilizando medidas como desapropriações, realinhamentos e controle sobre o gabarito mínimo das reedificações no que é então legalmente definido como centro. (CARVALHO E FREIRE, 2010).

Com isso, a cidade ganha status de progresso, arrojo e civilidade, conforme colocou Rocha e Queiroz (2006):

Sua inserção no cenário local aconteceu em meio a um processo de renovação da paisagem urbana campinense que se iniciou na década de 1930 (principalmente da sua região central), atravessou os anos 1940 e chegou aos 1950 com o mesmo intuito e discurso de construção de uma cidade moderna, civilizada, burguesa, pronta para o livre desenvolvimento do capital. Almejava-se edificar uma urbe sadia, arejada, fluida, bela e disciplinada, projeto utópico no qual a modernização da arquitetura ocupava um lugar de destaque, e era considerado o ‘instrumento’ ideal para combater o dito arcaísmo das construções térreas e acanhadas, cuja implantação no lote e organização espacial era ainda colonial. (ROCHA e QUEIROZ, 2006, p.02)

Os autores ainda afirmam que no caso de Campina Grande, o movimento moderno, ganhou força, em um primeiro momento, com a atuação dos profissionais vindos de outros lugares, mas logo em seguida, ou até simultaneamente, “enraizou-se em solo campinense, encontrando seus seguidores locais, que, com maior ou menor intensidade, absorveram, reinventaram e puseram em prática as concepções projetuais modernas” (ROCHA E QUEIROZ, 2006, p.05).



Em conformidade a esse episódio, temos os profissionais vindos da Escola do Recife (AFONSO, 2006), arquitetos recém formados pela Escola de Belas Artes de Pernambuco – EBAP, onde encontraram em Campina Grande um solo fértil para desenvolverem suas propostas modernas e explorarem suas práticas individuais, podendo citar aqui nomes tais como Tertuliano Dionísio, Heitor Maia Neto, Mauricio de Castro, Reginaldo Esteves, Waldeci Pinto, Paulo Vaz, Marcos Domingues, Carlos Correia Lima, Edison Lima, Augusto Reynaldo, Dílson Mota, Hélio Moreira e Ana Regina Moreira.

A conjuntura da produção resultante desse período contribuiu na formação de um vasto acervo de obras modernas na cidade onde as construções não apenas compõem o cenário urbano de Campina Grande, mas também, representam a dedicação de arquitetos inovadores que se negaram a “importar” modelos vindos da Europa e buscaram adaptar seus projetos com soluções voltadas ao clima, às necessidades e à cultura local. (AFONSO e MENEZES, 2015, p.07).

Tertuliano Dionísio foi aluno da Escola de Recife, podendo ser assim considerado “discípulo” (AFONSO, 2008), pois seguiu e deu segmento às aprendizagens recebidas através de seus mestres/ professores, levando dessa forma, tal experiência para as suas práticas individuais.

A Escola de Recife foi estudada por Afonso (2006), que após analisar sessenta obras dos anos 50 naquela cidade, contrapondo o conjunto desta produção de vários profissionais, buscando identificar as soluções projetuais e construtivas adotadas, concluiu sobre os pontos comuns existentes na mesma: os recursos ou princípios da modernidade empregados por tais profissionais.

Em artigo publicado por Afonso (2008), a autora esclarece sobre os princípios que se destacaram na produção dos discípulos desta dita Escola:

A estruturação e ordenação das plantas no que diz respeito ao controle da modulação, tramas ordenadoras e à resolução de programas; as possibilidades estruturais empregadas pelas mesmas; a atenção dada ao detalhe de escadas e rampas; as soluções climáticas adotadas em planta, na implantação e uso de blocos, no uso de pátios e terraços; as investigações climáticas que interferiram na volumetria, podendo-se aqui destacar pontos resultantes desta busca, que se converteram em constantes projetuais, tais como a elevação da casa do solo, os arremates em concreto envolvendo e protegendo as esquadrias externas; o uso de revestimentos cerâmicos nas fachadas, protegendo-as das intempéries; os fechamentos de paredes através de esquadrias detalhadas em madeiras vazadas, ou de elementos fixos, como brises, cobogós, buzínates, e parapeitos ventilados. As diversas soluções empregadas nas cobertas dos edifícios analisados foram outro ponto estudado nesta pesquisa, despertando interesse as distintas propostas apresentadas”. (AFONSO, 2008)

Dessa maneira, a formação acadêmica de Tertuliano teve o nome de arquitetos e professores tais como Mario Russo, Acácio Gil Borsoi, Delfim Amorim e Heitor Maia Neto, entre outros. A trajetória profissional de Tertuliano que era pernambucano, mas encontrou uma boa acolhida no mercado paraibano, especialmente na próspera Campina Grande, dos anos 60 a 80, necessita de tal aprofundamento como forma de resgatar e salvaguardar o acervo de sua produção.



Costumava vir à cidade, segundo depoimentos familiares, pelo menos duas vezes por mês, possuindo uma boa clientela. Projetou em Campina Grande obras importantes, tais como: O complexo do Campus II da UFPB (hoje UFCG), realizada na gestão do reitor Lynaldo Cavalcanti; A Escola Normal Padre Emidio Viana Correia, localizada na Avenida Brasília; Agenciamento do Monumento "Os Pioneiros" onde se encontram, as esculturas que foram concebidas pelo artista pernambucano José Corbiniano Lins; O prédio que por muitos anos serviu de sede para a Justiça Estadual, conhecido como "Fórum Afonso Campos", hoje Juizado do Consumidor, na Avenida Floriano Peixoto; Clube do trabalhador no bairro da Prata, que possui um painel do artista pernambucano Lula Cardoso Ayres; além de várias residências modernas, entre elas a residência José Barbosa Maia projetada em 1962.

Suas obras alinhavam arquitetura, atenção à estrutura e o diálogo com as artes plásticas, sempre contando com a presença de painéis, esculturas – característica marcante da modernidade brasileira, e principalmente da Escola carioca e recifense (AFONSO, 2006). Tertuliano convidou artistas plásticos de grande peso no cenário nacional, para enriquecerem seus projetos, tais como Lula Cardoso Ayres e Corbiniano Lins.

Arquitetura e Lugar: Campina Grande- PB.

Quanto ao contexto geográfico do objeto de estudo, o lugar ou cenário desta produção, é a cidade de Campina Grande: localizada na região Agreste, na Serra da Borborema da Paraíba (Figura 1). A cidade é considerada polo de oito microrregiões que compõem o Compartimento da Borborema – área que abrange 79 municípios, cerca de 40% do território paraibano e uma população que soma mais de um milhão de habitantes – a cidade exerce assim, uma influência geoeconômica em limites que transpõem fronteiras estaduais, tornando-se, uma das mais importantes de toda região nordestina.

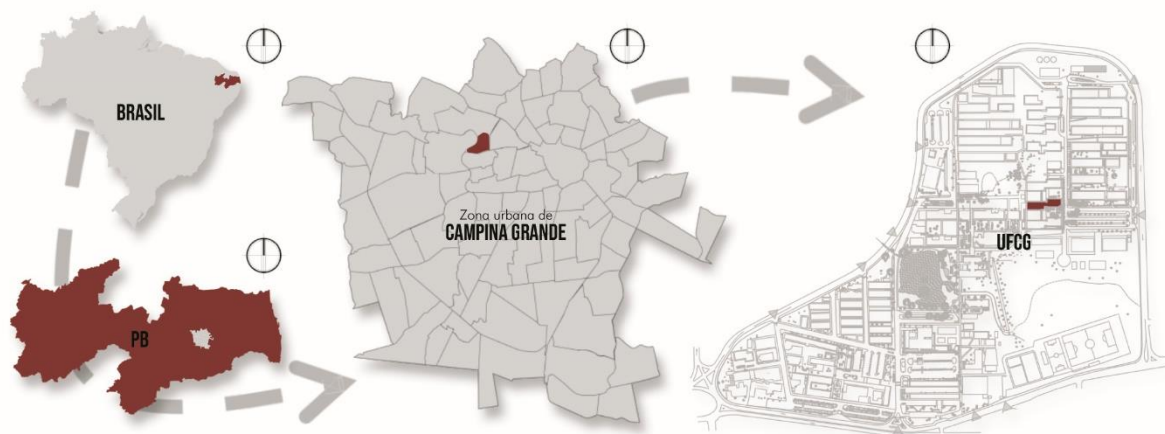


Figura 1: Escalas de localização do objeto de estudo. Campina Grande/ UFCG.
Fonte: Montagem e edição de PEREIRA, Ivaniilson. 2019.

Segunda cidade mais populosa do Estado da Paraíba, Campina Grande é considerada um dos principais polos tecnológicos da América Latina, segundo publicação realizada em abril de 2001 pela revista americana Newsweek; o motivo para tal destaque foi atribuído ao pioneirismo dos acadêmicos e profissionais da área das ciências da computação, vinculados a Universidade Federal da Paraíba, campus II (que em 2002 tornou-se a Universidade



Federal de Campina Grande), cuja tradição confere atualmente o reconhecimento na área de pesquisa e tecnologia em todo o mundo.

A cidade surgiu em um ponto estratégico de rota comercial, uma pequena vila ao redor de uma capela, e alguns historiadores afirmam que antes dessa movimentação, o lugar já era ocupado pelos Índios Ariús, e oitenta e nove anos depois a vila foi elevada ao título de cidade, chamada Vila Nova da Rainha, e destacou-se pela produção de algodão.

Em 1907, a chegada do trem na cidade fez com que o produto pudesse ser levado para Recife-PE e comercializado para o Brasil e para o mundo, inaugurando a chamada Era de Ouro, de constante ascensão econômica. A presença dos Índios, dos catadores e dos tropeiros foram primordiais na formação da cidade e tiveram suas histórias eternizadas no monumento “Os Pioneiros”, cartão postal da cidade e cujo agenciamento e locação foi projetada pelo Arquiteto Tertuliano Dionísio.

A ascensão econômica com o algodão foi só o pontapé inicial para a inauguração da era moderna na cidade, observando-se que durante os anos 30 foram constantes as inovações no centro da cidade como o alargamento de vias e construções do que formaria hoje um grande acervo de arquitetura Art Déco no Brasil, impulsionadas para atrair, sobretudo, investimentos e fortalecimento do turismo.

Durante a década de 1950 – no então mandato do Presidente da República Juscelino Kubitschek, surge diversos investimentos na infraestrutura que deu lugar, nos anos 60, à proliferação de casas e de instituições de estilo moderno. E o que marcou essa era foi a tentativa de higienizar a cidade e tentar vendê-la ao capital externo como centro de investimentos, apelando para isso de uma arquitetura arrojada e limpa para o período vigente.

Afonso (2017) em artigo que trata sobre o processo de industrialização na década de 1960 e as transformações da paisagem urbana de Campina Grande escreveu sobre o processo de industrialização evidenciado que em Campina Grande, este se acentuou no período denominado de Milagre Econômico. Neste momento, particularmente, a partir de 1970, o Brasil contabilizava a mudança gradual do processo econômico agrário para o agroindustrial e industrial. No caso de Campina Grande, sob o incentivo da SUDENE, verificou-se a concentração e constituição de capital para instalação do distrito industrial da cidade através de incentivos que contribuíram para torná-la no período de 1969 a 1979, um dos grandes centros da atividade industrial moderna, tanto do Estado como também do interior nordestino.

Esse momento histórico gerou um dos acervos- patrimônio industrial moderno- que hoje compõe o patrimônio cultural da cidade, formando um conjunto que interagem bens do patrimônio industrial e do patrimônio moderno. Nesse mesmo período a SUDENE/ Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste impulsionou a chegada de diversas indústrias como a CANDE e a WALLIG, atualmente desativadas, mas que tiveram importante contribuição na ascensão econômica da cidade, injetando verbas de incentivo ao desenvolvimento industrial e que, indiretamente, culminou na difusão da arquitetura moderna.

As cidades brasileiras vêm se desenvolvendo em um rápido processo de urbanização, sendo propostas novas tipologias arquitetônicas, novos programas, que, infelizmente, não consideram a importância de se preservar as estruturas existentes, exemplares ricos de



períodos recentes, que deveriam ser trabalhados de forma a conservar soluções construtivas e materiais. Campina Grande segue esta tendência nacional em ter seu patrimônio arquitetônico e urbanístico descaracterizado, e a necessidade da Academia em contribuir para evitar tal fenômeno é fundamental.

Análise do objeto arquitetônico

Esta análise fundamenta-se na metodologia proposta por Afonso (2019) para estudo do objeto arquitetônico com valor patrimonial, propondo a avaliação das seis dimensões- aqui listadas como as fundamentais- que interagem com a arquitetura: a dimensão normativa, histórica, espacial, tectônica, funcional e formal.

Pretende-se observar no bloco administrativo CM (Figura 2), as contribuições projetuais, construtivas, técnicas, funcionais e formais que procuraram adaptar a modernidade à cidade de Campina Grande, presentes nas obras ainda existentes.

Deixando-se registrado aqui, que muitas vezes, constata-se que as informações coletadas em distintas dimensões podem coincidir e interagir entre si, conforme será visto, pois a interdisciplinaridade e multidisciplinaridade do conhecimento na área da arquitetura são constantes, ficando difícil muitas vezes desassociar determinadas categorias que poderão estar intrinsecamente conectadas.



Figura 2: Bloco Administrativo CM. UFCG.
Fonte: PEREIRA, Ivanilson. 2018.



Dimensão normativa

A dimensão normativa faz referência ao levantamento inicial que se deve ter sobre as leis, decretos, registros – que protegem este determinado bem. O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é o responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro em nível federal, ficando os Estados e Municípios com os encargos locais. O Centro Histórico de Campina Grande é uma área deliberada e delimitada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP, em 28 de junho de 2004, compreendendo um cinturão englobando ruas e praças centrais da cidade (Decreto Estadual nº 25.139/2004).

Entretanto, a obra analisada encontra-se fora do perímetro legal de tombamento do patrimônio campinense, ficando a cargo da própria instituição de ensino a fiscalização, monitoração e intervenção sobre o edifício administrativo CM.

Dimensão histórica

A inserção da obra analisada está diretamente associada à formação do campus universitário (Figura 3), o mesmo teve início no ano de 1952 como Escola Politécnica da Paraíba durante o governo de José Américo de Almeida e, sua implantação causou um impacto na cidade que, concomitante a sua ascensão econômica fruto da chegada de indústrias, a Escola se implanta com o objetivo de diversificar o desenvolvimento da cidade além do campo econômico, mas também do ponto de vista educacional que, certamente, motivou diversas mudanças sociais, cultural, e, sobretudo urbana, uma vez que se tem a formação de um novo núcleo urbano voltado a tecnologia.

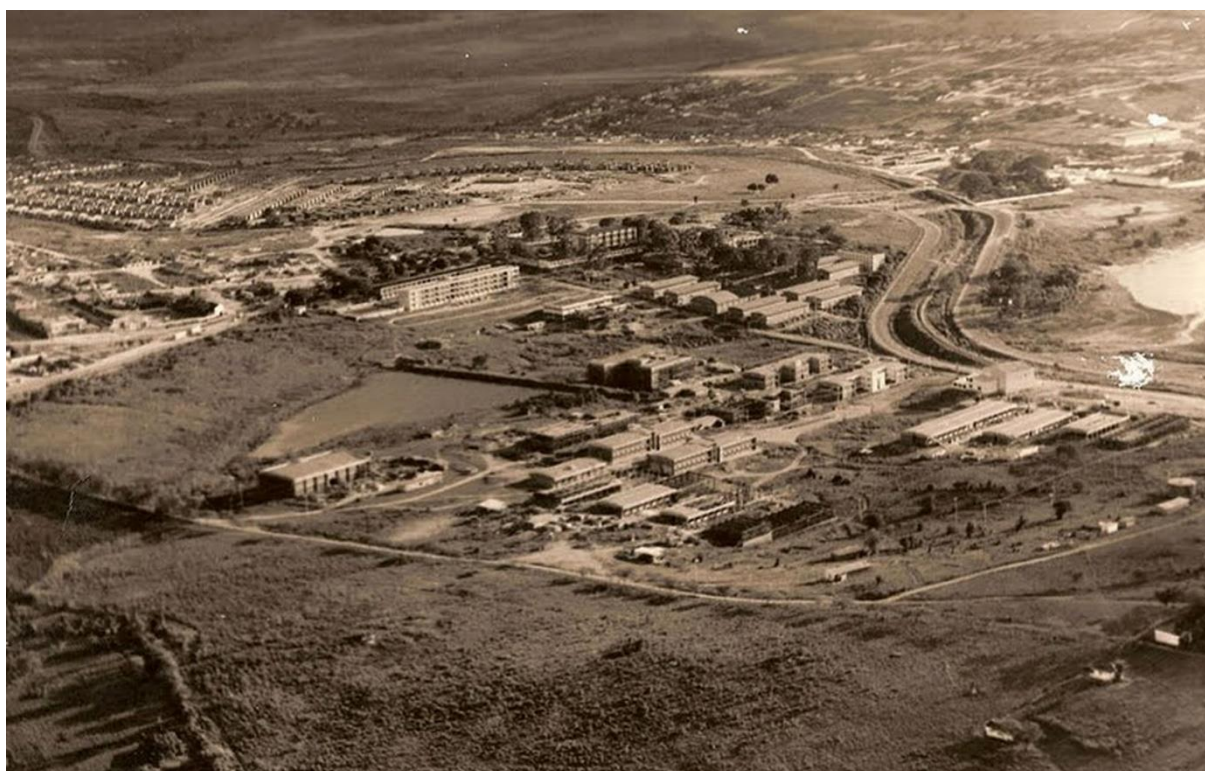


Figura 3: Antigo Campus II da UFPB, hoje Campus sede da UFCG, no ano de 1977.
Fonte: Retalhos Históricos de Campina Grande. 2004.



Dessa forma, a chegada do campus universitário representou um grande impacto na cidade, trazendo condições básicas para a viabilização e operacionalização de novos negócios, principalmente no campo tecnológico. Campina Grande teve o primeiro computador das regiões Norte e Nordeste e ditava o padrão da indústria tecnológica do Brasil firmando seu nome e criando uma tradição no setor da computação, que hoje atrai estudantes de toda a América Latina.

O destaque inicial da escola deu-se com cursos de engenharia, tais como: civil, elétrica, de sistemas e mecânica. O então professor Lynaldo Cavalcante foi essencial na consolidação da escola e que, como reitor, possuía planos ambiciosos para o desenvolvimento da escola, como a proposta de integração da Escola a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), feito consolidado em 1973. No ano de 2002, houve uma nova cisão e o então Campus II da UFPB deu origem a Universidade Federal de Campina Grande, sob a reitoria do Professor Thompson Fernandes Mariz.

A origem do bloco administrativo analisado envolveu uma série de fatores históricos e geográficos que tiveram como princípio a necessidade de criação de um espaço que pudesse contemplar a futura expansão de ensino da universidade com a criação de diversos cursos da área de ciências e tecnologia. O projeto arquitetônico foi replicado por duas vezes, possuindo assim, três edificações que adotaram o modelo projetado: os Blocos CM, CN e CL. Entretanto, essas replicações se diferenciam do projeto original, ao repensar algumas soluções climáticas previstas anteriormente, como a não utilização de peitoris ventilados por elementos vazados.

Dimensão formal

A implantação do edifício é proposta na área pertencente ao Centro de Ciências Exatas e Tecnologias – CCT, da Universidade Federal de Campina Grande, situado na delimitação norte do campus, onde encontram-se os centros de coordenações das Engenharias. A necessidade era de blocos que pudessem comportar áreas administrativas de graduação e pós-graduação e que ao mesmo tempo pudessem oferecer suporte para os alunos com laboratórios e salas de estudo.

Sua concepção formal caracteriza-se como sendo uma junção entres três grandes volumes: dois dispostos na horizontal e um na vertical. Nota-se devido a topografia do terreno, que os blocos se adequam a topografia em sua inserção, estando posicionando um acima e outro abaixo no eixo vertical no qual o arquiteto optou por locar circulação e serviços (Figura 4). Foi por essa forma adotada que o bloco pode ser replicado em outros locais do campus, visto que sua topografia é um grande potencial para a inserção desse tipo de arquitetura.

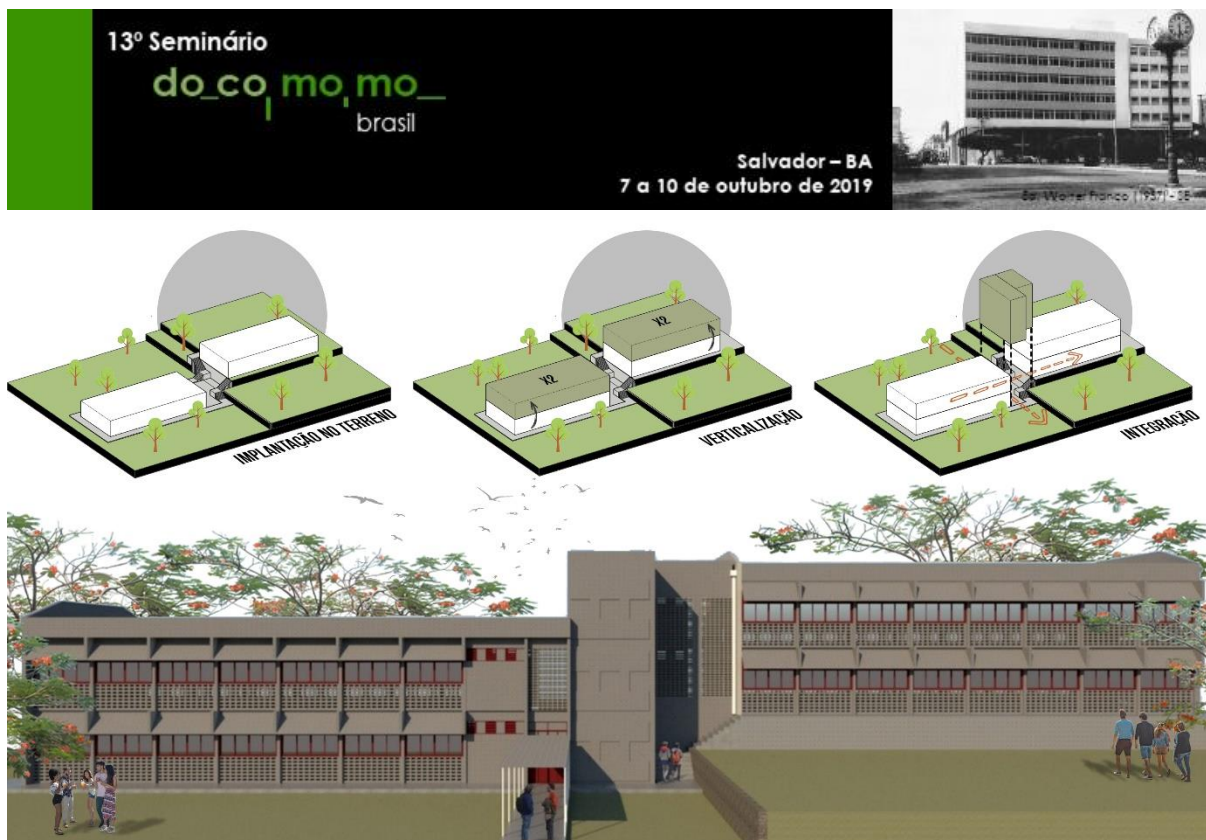


Figura 4: Esquema da concepção formal do edifício e reconstrução 3D da proposta original via Sketchup2017.
Fonte: PEREIRA, Ivanilson. 2019.

O bloco está organizado de forma que no pavimento térreo está prevista toda a parte administrativa; na área do primeiro piso tem-se o ambiente dos professores com salas dispostas em posições contrárias com um único corredor central; e na zona central, isto é, no volume disposto na posição vertical da edificação, ou seja, no volume intermediário está localizado o setor de serviços e manutenção para o referido bloco.

A reconstrução do edifício em 3D auxilia no entendimento da volumetria, sua materialidade, emprego das cores, e da relação com a escala humana. Observou-se que a repetição das esquadrias nas fachadas definiu uma textura na volumetria, pois percebesse um agrupamento por similaridade que se assemelha a uma malha ou trama, sendo percebidos como uma figura individual, conferindo às fachadas uma unidade.

Tal característica foi marcante na arquitetura moderna que buscava compor as fachadas a partir de planos. Reis (2002) colocou sobre a questão em seu livro sobre Repertório, Análise e Síntese do Projeto Arquitetônico, que:

Malha, rede ou trama formada por elementos que, devido a sua proximidade, similaridade e quantidade, não são percebidos como figuras individuais. Objetivo de formação de superfície homogênea na fachada e volume através de elementos arquitetônicos similares, numerosos e dispostos muito próximos uns dos outros, conferindo um caráter estáticos". (REIS, 2002, p. 37).

Dimensão espacial

O bloco foi implantado de maneira a possibilitar a existência de espaços livres de transição entre as edificações do Centro, onde são dispostas massas vegetativas de pequeno e médio porte com predominância de espécies de *flamboyants*, que dialogam com as formações rochosas do solo do lugar. A implantação do bloco, tira partido do desnível topográfico



existente, ao explorar as possibilidades de acesso ao edifício por níveis diferenciados; assim como, da disposição das esquadrias nas orientações norte e sul, protegendo os ambientes internos da insolação direta provenientes das orientações leste e oeste.

Para acomodar o extenso programa de necessidades, o arquiteto utiliza-se de critérios modernos, tais como o uso da modulação, a racionalidade construtiva e o zoneamento por setores. Percebe-se pela distribuição funcional dos espaços, que as zonas estão relacionadas por uma hierarquia de pavimentos conectadas pela função de serviços. Tal arranjo, possibilita uma maior fluidez quanto aos deslocamentos necessários entre os ambientes por meio de uma distribuição uniforme de espaços de acordo com seu público alvo (professores, estudantes, funcionários, etc).

Os corredores lineares de circulação horizontal apresentam-se como elemento essencial na concepção dos espaços interno e externo, na medida que buscam atender o acesso há uma vasta série de ambientes propostos no programa de necessidades (salas com uma modulação de 5m x 3m) , interfere de forma direta no formato longitudinal da edificação; enquanto que a circulação vertical é resolvida por meio da adoção de uma escada em “U” que serve de conexão única entre os pavimentos como também entre os níveis topográficos do terreno (Figura 5).

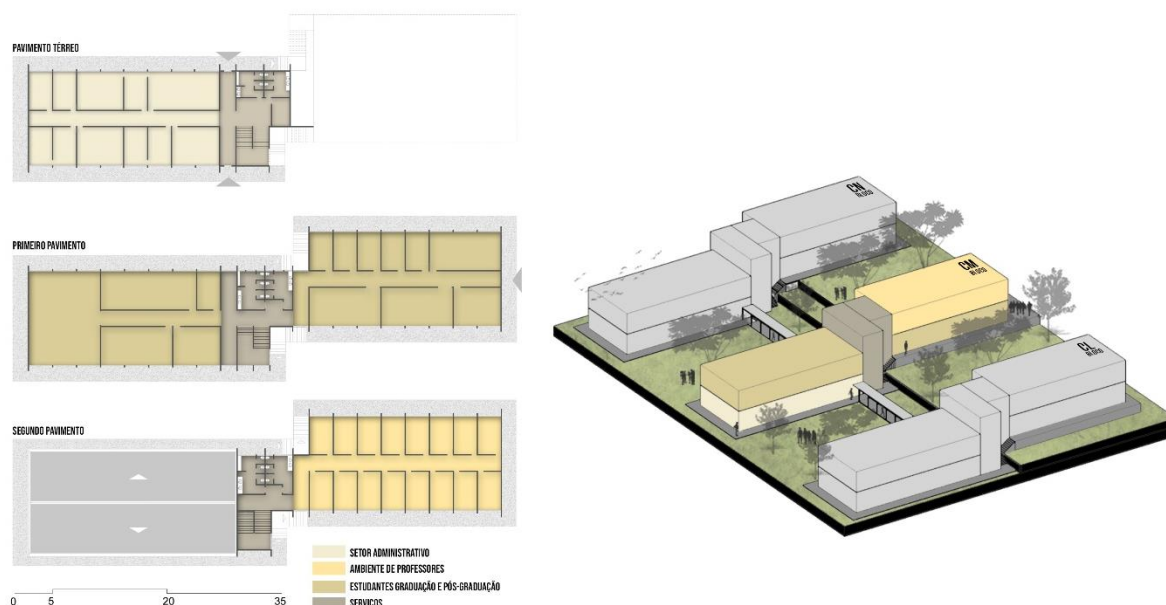


Figura 5: Setorização de usos e funções, em planta e perspectiva, do bloco administrativo CM.
Fonte: PEREIRA, Ivanilson. 2019.

Dimensão tectônica

Quanto a estrutura de suporte da edificação, a mesma adota um sistema estrutural de vigas e pilares em perfis de concreto armado com uso da modulação expressa na configuração externa do bloco e de um processo sistemático atribuído de uma só estrutura formal. Os compartimentos são vedados por paredes de alvenaria com reboco, tijolos cerâmicos e concreto com revestimento na cor cinza, além de painéis modulares compostos de brises inclinados, esquadrias em madeira e vidro e cobogós em concreto pré-fabricados. A cobertura



do bloco é resolvida com telhados em duas águas de fibrocimento e calhas em concreto, arrematadas por uma platibanda em alvenaria, com o volume central de serviços em laje de concreto maciça impermeabilizada.

Os cobogós são elementos amplamente utilizados no nordeste brasileiro, ganham maior visibilidade para a utilização na cidade através de seu emprego em projetos de residências e indústrias nos anos 50 e 60, a partir disso Tertuliano Dionísio contribui para a difusão desses elementos ao recorrer de sua utilização em suas obras na cidade e no Campus. Percebe-se ainda, uma atenção do arquiteto ao detalhe do módulo base das esquadrias sustentados por saques verticais, que, através da repetição, compõem uma trama que se caracteriza como o principal elemento estético e modelador da forma do edifício (Figura 6). Dessa forma, Tertuliano consegue moldar a forma do edifício agregando ao detalhe uma característica bioclimática de sombreamento e proteção das esquadrias.

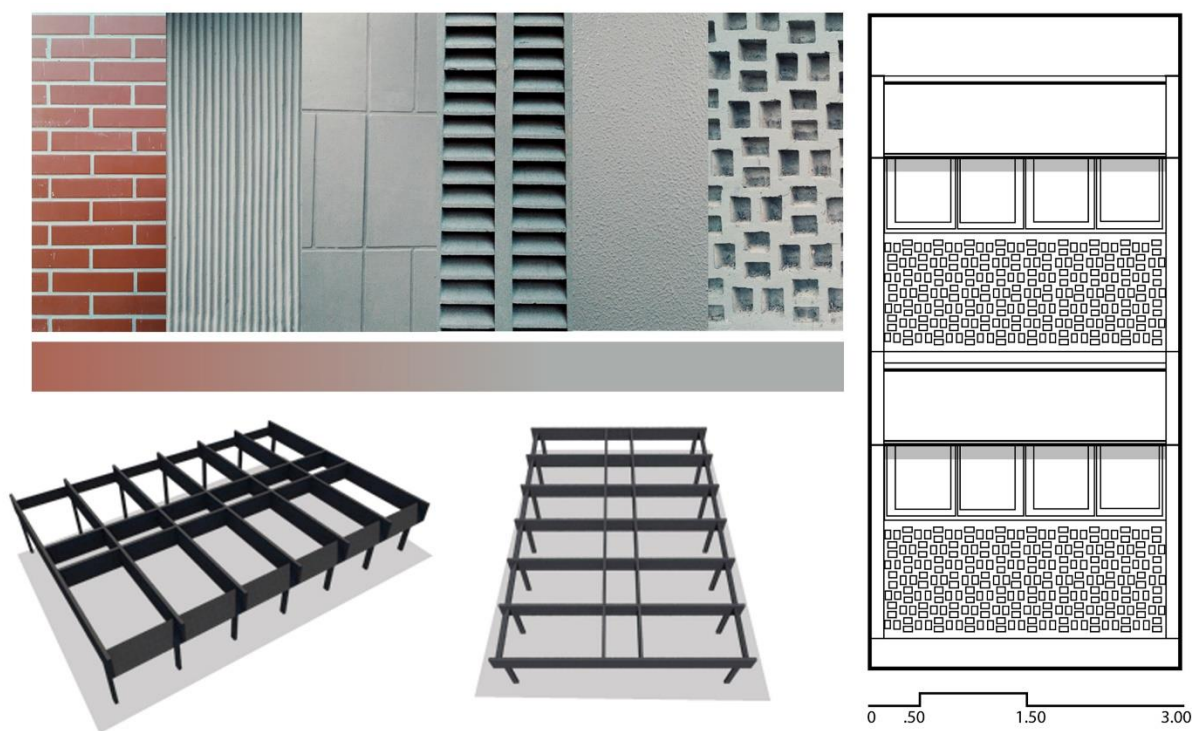


Figura 6: Materialidade e sistema construtivo do bloco administrativo CM.
Fonte: PEREIRA, Ivanilson; SALES, Sabryna e SOUZA, Beatriz. 2019.

Dimensão funcional

A função institucional (função original) manteve-se preservada, sendo, porém, realizadas algumas alterações na disposição do programa de necessidades, que foi se adaptando ao longo dos anos às novas demandas de cursos e projetos que implantados na instituição. Apesar do edifício ainda permanecer com o programa previsto em projeto (área administrativa, área para uso de estudantes e área de serviços) o mesmo carece de flexibilidade a fim de atender demandas e necessidades atuais, como zonas de apoio, áreas técnicas e mecânicas, que possam suprir as necessidades de refrigeração e condicionamento elétrico do edifício sem o comprometimento da volumetria externa do



bloco, que acaba sendo alvo da sobreposição de condicionares de ar e fiações elétricas, infringindo na autenticidade do conjunto arquitetônico.

Análise da conservação do objeto arquitetônico

Deve-se considerar aqui o estado de conservação da obra, fazendo neste tópico um parêntese à desproteção e baixo nível de manutenção do Bloco CM. Inserido em um recorte de área legalmente desprotegida, o bloco fica então a mercê dos processos de mudanças e reformas sujeitas a descaracterizar enquanto edifício moderno da cidade, principalmente, por falta de informação e diálogo entre as distintas dimensões que compõe o espaço urbano.

Hoje, o bloco administrativo CM encontra-se pouco descaracterizado em relação a sua construção original, todavia, bastante danificado quando tratando-se da conservação de sua materialidade e no tratamento das soluções de instalações prediais adotadas com o passar do tempo. As principais características de sua arquitetura moderna, como o uso de brises horizontais de concreto encontram-se mantidas, porém suas soluções tectônicas de peles, como cobogós vazados, foram descaracterizados no processo de uso do edifício.

A gestão da edificação

O cargo para dirigir a instituição, geralmente vem sendo ocupado por profissionais vinculados ao campo das engenharias, e não por técnicos e profissionais da área cultural, ou correlata – o que dificulta o processo de conservação, pois estas pessoas não possuem formação específica na área, além de infelizmente possuírem pouca sensibilidade para entender a importância de se intervir de forma correta neste bem patrimonial.

Não priorizam a manutenção constante da edificação, em seu conjunto construtivo, de espaços internos, externos, fachadas e cobertura. Autorizam intervenções como fechamentos de esquadrias por gradis, vedação de elementos vazados, bem como, não atuam no combate as manifestações patológicas presentes na edificação, tais como, infiltrações, rachaduras, fissuras, oxidação entre outros.

Cabe ressaltar a inserção deste objeto arquitetônico em um campus universitário de desenvolvimento científico e tecnológico, onde sua função primordial deveria ser de salvaguardar o patrimônio histórico de interesse coletivo para a academia como ferramenta de instrumentação para práticas de conservação e fundamentação teórica no município como um todo. No entanto, o que se percebe é o contraste existente entre o desinteresse e desconhecimento da própria comunidade científica acerca da importância desses exemplares arquitetônicos, ao mesmo tempo, que assume o papel pela formação do conhecimento histórico e cultural, e evoca a atenção do corpo discente para a importância da preservação da memória coletiva da cidade.

As patologias da edificação

Após analisar-se o edifício no que é referente, principalmente, às patologias do patrimônio arquitetônico moderno, e à sua tectônica, pode-se aqui chegar a algumas considerações. Vale ressaltar que o estudo realizado foi desenvolvido por estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFCG, na disciplina de Projeto de Arquitetura V, elaborado



através de FIDS/ Fichas de identificação de danos, que detalhadamente analisou cada patologia existente na obra.

Apesar do número de patologias e danos identificados no Bloco CM em relação a sua estrutura é identificado uma boa conservação, no que se trata dos pilares, vigas e brises horizontais existentes em cada módulo; quanto a coberta não se sabe ao certo seu estado, pois não foi possível visualizar a mesma, porém notou-se em visita in loco folhagem das grandes árvores que rodeiam a edificação, descendo pela encanação das calhas.

A situação dos revestimentos internos, apesar dos danos é relativamente boa, porém não contribui com o fortalecimento da identidade do prédio. Quanto aos revestimentos externos utilizados nas fachadas a situação vai de regular a ruim e necessita de grande manutenção; quanto as esquadrias, a situação é regular. Muitas das esquadrias originais existem em bom estado, e ainda as esquadrias descaracterizadas, apresentam fácil reversão da situação.

Em relação aos projetos elétricos e hidráulicos (pós construção) do edifício, é claramente perceptível a ausência de critério nas instalações dos canos e fios, a descaraterização do edifício devido a esse fato justifica a necessidade emergencial de modernização e atribuição de um processo de atualização – retrofit.

Discussão

Foi levantada aqui uma obra de domínio e gestão de órgão público, a questão da propriedade, da responsabilidade em se manter adequadamente um bem é fundamental. Na maioria dos casos, os edifícios públicos modernos são mal geridos: encontram-se mal preservados, sujos, inseguros, com sérios problemas construtivos, sem a manutenção adequada de elementos essenciais à sua existência, que são a estrutura e a cobertura, principalmente.

Infelizmente, a política pública preservacionista municipal campinense é ainda incipiente: faltam leis de proteção adequada, faltam instituições bem aparelhadas e com bons técnicos, falta vontade política em se preservar, e a carência de um trabalho de educação patrimonial para todos os atores envolvidos no processo de preservação, principalmente, políticos, técnicos, que poderiam realizar ações mais incisivas em prol da administração, gerenciamento e manutenção desse acervo moderno público.

A materialidade dos projetos modernos, realizada pelos bons profissionais daqueles anos, vem sendo perdida, com a colocação de elementos parasitários, como condicionadores de ar, antenas, substituição indiscriminada das peles originais, como cobogós, esquadrias em madeira, que são substituídas pelo simples “achismo” dos dirigentes institucionais que intervêm sem projetos e sem consultorias profissionais adequadas.

Sem dúvida, pode-se afirmar que uma má administração da edificação origina a fase de início de deterioração; que se prolonga pela má manutenção e a falta de uma conduta adequada na tomada de decisões, propagando-se a deterioração, podendo muitas vezes, tais edifícios públicos, chegarem a um colapso. Com isso, quais seriam de fato, os desafios enfrentados para a preservação da arquitetura moderna no nordeste brasileiro, especificamente, as obras existentes em Campina Grande?



A questão pode ser discutida baseada em duas vertentes, conforme foi visto anteriormente. A primeira de ordem administrativa, de gestão. A segunda, de ordem construtiva, física, da própria obra em si.

O desaparecimento da máquina administrativa municipal, com a sua incapacidade de desenvolver um trabalho bom na área patrimonial é preocupante, não somente para a preservação do acervo moderno, mas para todo o conjunto de bens culturais. O município necessita se organizar nesse sentido, e desenvolver uma política pública preservacionista mais atuante, independente, no sentido de discutir com seus cidadãos e todos agentes envolvidos, seu próprio caminho e prioridades. A revisão da legislação municipal de proteção, a ampliação dos bens a serem inventariados e devidamente protegidos, a contratação e capacitação de técnicos especializados na área, a implantação de um espaço com arquivos organizados e um bom ambiente de trabalho são alguns caminhos que devem ser urgentemente trabalhados. Pois com vontade política, boas ações de educação patrimonial, bom aparelhamento da instituição municipal preservacionista, pode-se realizar um trabalho concreto de conservação do acervo cultural como um todo.

Quanto às questões físicas da obra em si, o problema da vida útil dos elementos construtivos do acervo moderno traz aspectos que necessitam ser considerados, uma vez que são constituídos de um sistema construtivo composto de uma materialidade e sistema estrutural predominantemente formado pelo uso do concreto armado, que ao completar o interstício de cinquenta anos, necessita de reparos, condutas patológicas, que evitem o colapso estrutural de tal acervo.

Propõe-se uma ação de educação patrimonial, a ser desenvolvida em parceria municipal e meio acadêmico- despertando aos técnicos, funcionários, proprietários, usuários, políticos, enfim, os diversos atores envolvidos nesse processo- sobre o valor em se preservar, não apenas pelo valor cultural, mas, principalmente, pela sustentabilidade, considerando o tripé dos aspectos sociais, ambientais e econômicos em se conservar edificações de interesse histórico, que possuem boas soluções projetuais e técnicas, e devem ser bem utilizadas para a sua longa vida útil, em benefício de todos cidadãos e da preservação da memória da arquitetura brasileira, especificamente, no caso em pauta, campinense e nordestina.

Conclusão

Os primeiros edifícios que foram projetados e construídos no Campus da UFCG tornaram-se um marco para a universidade, e para a cidade de Campina Grande- não só por seus valores enquanto objetos arquitetônicos, mas também por serem considerados lugares de memória, uma vez que por ele passaram diversos gestores, alunos e professores que através de suas pesquisas, colocaram a UFCG no mapa nacional em referência de ciência e tecnologia e contribuíram para o desenvolvimento histórico, cultural, social, intelectual/ acadêmico e consequentemente econômico da região.

Acredita-se que os resultados obtidos nesse artigo possam contribuir, inicialmente na inserção desta importante obra no rol dos bens culturais paraibanos, especificamente, campinenses, bem como, a proteção legal da mesma, através de possíveis tombamentos, que resguardecam a descaracterização ou perda completa da edificação, e posteriormente, na adoção e melhoria das soluções técnico-construtivas empregadas na modernidade e que



devem ser resgatadas e reutilizadas pelos futuros profissionais da área, que infelizmente, desconhecem a potencialidade dos recursos empregados nesta produção.

O grupo de pesquisa a qual esta análise está vinculada, também vem divulgando os resultados das pesquisas em eventos científicos na área de projetos, de preservação cultural, colocando a produção campinense em destaque, participando de debates e discussões nacionais e internacionais, através das dezenas de artigos publicados e apresentados nos seminários, simpósios e congressos nos dois últimos anos de sua criação e atuação.

A observação atenta desta produção também servirá de material de estudo às disciplinas de cursos de artes, arquitetura e urbanismo, história, turismo, geografia, enfim, às distintas, mas relacionadas áreas das ciências sociais aplicadas, que carecem de material bibliográfico sobre o tema, uma vez que existem poucas obras publicadas sobre a temática.

Finalmente, serão realizadas interlocuções com instituições públicas de preservação em nível Federal, (IPHAN), Estadual (Diretoria de patrimônio histórico) e Municipal (Secretaria Municipal de Cultura) com a finalidade de viabilizar instrumentos ágeis para trabalhos de educação patrimonial, bem como, inserção do patrimônio moderno campinense em ações concretas de seu resgate e requalificação.

Referências

AFONSO, Alcília. **La consolidación de la arquitectura moderna en Recife en los años 50.**

Barcelona: tese doutoral apresentada para o departamento de projetos arquitetônicos da ETSAB/UPC, 2006.

AFONSO, Alcilia. **A produção arquitetônica moderna dos primeiros discípulos de uma**

Escola. *Arquitextos*, São Paulo, ano 09, n. 098.05, Vitruvius, jul. 2008

<<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.098/128>>.2008.

AFONSO, Alcilia. **O processo de industrialização na década de 1960 e as transformações da paisagem urbana do bairro da prata, em Campina Grande.** Barcelona: Seminário internacional de investigação em urbanismo. UPC. 2017.

AFONSO, Alcília. **Proposta metodológica para pesquisa arquitetônica patrimonial.** Belo Horizonte: 3º simpósio científico do ICOMOS Brasil. 2019.

AFONSO, A e MENEZES, C. **A Influência da escola do recife na arquitetura de Campina Grande 1950-1970.** Belo Horizonte: 4º Seminário Ibero americano Arquitetura e Documentação, 2015.

ARAÚJO, Adriano e SOUSA, Emmanuel. **Memória: Tertuliano Dionísio da Silva.** Campina Grande, 04 mai. 2010. Disponível em: < <http://www.cgretalhos.blogspot.com/2010/05/memoria-tertuliano-dionisio-da-silva.html>>. Acesso em: 22 out. 2018.

BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil.** São Paulo: Ed. Perspectiva,2010.

CARVALHO, J. e FREIRE, A. Almeida. **Augusto Reynaldo, introdutor e difusor da arquitetura residencial moderna em Campina Grande-PB.** João Pessoa: 3º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste. 2010.

MONTANER, Josep. **As formas do século XX.** Barcelona: Gustavo Gili, 2002. 82 p.

REIS, Antônio Tarcísio. **Repertório, Análise e Síntese: Uma introdução ao Projeto Arquitetônico.** Editora UFRGS, 2002.

ROCHA, F. e QUEIROZ, M. **Caminhos da arquitetura moderna em Campina Grande: emergência, difusão e a produção dos anos 1950.** Recife: 1º Seminário DOCOMOMO Norte-Nordeste, 2006.